

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.443 - MG (2018/0340985-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - MG079757  
HELENA PATRÍCIA FREITAS - MG079760  
SERVIO TULIO DE BARCELOS - MG044698N  
FABIANA VANESSA DE FARIA - MG120534  
NAYARA SANTANA PEREIRA - MG150393  
FERNANDA COELHO CARDOSO - MG145849  
**AGRAVADO** : CELSO PEREIRA LEVENHAGEN  
**ADVOGADOS** : BRUNO AUGUSTO GRADIM PIMENTA - SP226496  
FELIPE GRADIM PIMENTA - SP308606  
ANTONIO MILTON VILELA THIMOTTI - MG093920

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL S.A. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial.

A denegação deu-se pelos seguintes fundamentos:

(i) com relação às teses jurídicas referentes à legitimidade dos poupadores e prescrição o tribunal de origem negou seguimento em virtude de julgamento de recurso repetitivo nos Temas nºs 724, 947 e 948; e

(ii)

"(...)

*Quanto aos demais pedidos, observo que não foram objeto de decisão pela turma julgadora, não havendo no acórdão recorrido qualquer debate acerca dos mesmos, não restando preenchido o requisito indispensável para o conhecimento do recurso especial, qual seja, o prequestionamento.*

*Incidem, na espécie, por analogia, as Súmulas nº 282 e 284 do Supremo Tribunal Federal..."* (fl. 259 e-STJ); e

(iii) a divergência jurisprudencial não restou demonstrada.

Nas razões do presente recurso, o agravante apenas reitera os argumentos já trazidos no recurso especial.

É o relatório.

### **DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, observa-se que a decisão de inadmissibilidade do recurso especial foi disponibilizada no DJe em 8/10/2018 (fl. 284 e-STJ), ocasião em que já se encontrava em vigor o Código de Processo Civil de 2015, que prevê, expressamente, em seu

# Superior Tribunal de Justiça

art. 1.030, I, “b”, § 2º, que o recurso admissível em tal hipótese é o de agravo interno:

*“Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:*

*I – negar seguimento:*

*(...)*

*b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;*

*II – encaminhar o processo ao órgão julgador para realização do juízo de retratação, se o acórdão recorrido divergir do entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça exarado, conforme o caso, nos regimes de repercussão geral ou de recursos repetitivos*  
**§ 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021”. - grifou-se**

A propósito, a Terceira Turma deste Superior Tribunal, quando do julgamento do AREsp nº 959.991/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, em 16/8/2016, firmou o entendimento de que, quando a Corte de origem inadmitir o recurso especial com base em recurso repetitivo, a interposição de agravo em recurso especial constitui erro grosseiro.

Eis a ementa:

**“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.**

**1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.**

**2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de**

# Superior Tribunal de Justiça

*outrora de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.*

3. (...)

4. *Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015."*

Por tais razões, entende-se incabível o agravo interposto contra decisão de admissibilidade na parte que aplicou as orientações firmada no repetitivo.

Quanto ao mais, constata-se que não houve impugnação a nenhum dos fundamentos, o que atrai, quanto ao ponto, a aplicação do disposto no art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, que faculta ao relator *"não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida"*.

Com efeito, é pacífico o entendimento desta Corte de que a parte agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Deixo de aplicar o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015 pela ausência de prévia fixação na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator